

# Jovens e Futuro da Economia

ENCONTRO NO PALÁCIO DE BELÉM



25 de fevereiro de 2013



## OS JOVENS E O FUTURO DA ECONOMIA

**25 de fevereiro de 2013**

A Juventude tem sido uma área em destaque na iniciativa presidencial e uma constante na intervenção pública do Presidente Aníbal Cavaco Silva, desde o início do seu primeiro mandato.

Em 2008, e na sequência de um estudo por si solicitado sobre o tema “Os Jovens e a Política”, no qual foram abordados a participação e o envolvimento dos jovens na vida política nacional, o Presidente da República convidou para o Palácio de Belém um vasto grupo de líderes do movimento associativo juvenil, oriundos de várias áreas, que com ele se reuniram ao longo de um dia.

Desta jornada de trabalho resultaram recomendações dirigidas aos diversos interlocutores dos jovens na sociedade portuguesa e os participantes pediram especificamente ao Presidente que colocasse a temática da juventude na agenda política nacional e que dedicasse um dos seus Roteiros especificamente à Juventude.

O Roteiro para a Juventude viria a desenvolver-se ao longo de seis jornadas. E em todas elas o Presidente deu a conhecer ao País projetos e iniciativas de empreendedorismo jovem de diferentes índoles e em várias regiões. Teve a oportunidade de visitar empresas de excelência em todas as áreas criativas, nas quais uma nova geração assume uma atitude objetivamente empreendedora.

Por diversas vezes, o Presidente tem afirmado que é preciso dar oportunidade a uma nova geração que quer participar, empreender, e que acredita no seu País.

Os jovens de hoje são a geração com maior nível de educação, a mais familiarizada com a tecnologia e a de maior mobilidade desde sempre. A facilidade com que estabelecem laços com outras pessoas e com outras



culturas é um ativo inestimável na troca de experiências e no combate aos preconceitos. São, pois, atores numa circunstância ímpar na História da humanidade.

E num momento em que a economia portuguesa enfrenta problemas de crescimento e não encontra no mercado interno o contexto de procura pública e privada que permita ultrapassar essa situação, o Presidente da República decidiu, tal como em 2008, realizar no Palácio de Belém um dia de trabalho.

Para este encontro, convidou jovens empresários e empreendedores, e representantes de diversas organizações da sociedade civil que trabalham esta temática de uma forma transversal, como são exemplo as incubadoras de empresas, as *start-ups*, plataformas e organizações que se dedicam ao empreendedorismo e à inovação social, com o objetivo de ouvir da sua parte os desafios que o País deve enfrentar.

Por diversas vezes, o Presidente da República tem afirmado que o caminho do relançamento da nossa economia está, fundamentalmente, nas mãos dos empresários e, muito particularmente, dos jovens empresários.

De acordo com o GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* (o mais credível barómetro internacional de empreendedorismo), Portugal registou, em 2010, uma taxa de atividade empreendedora de 4,5%, o que significa que existiam quatro a cinco empreendedores *early-stage* (envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios) por cada 100 indivíduos em idade adulta.

Este resultado representa um decréscimo em relação a 2007, ano em que existiam cerca de nove empreendedores por cada 100 indivíduos em idade adulta. Contudo, a faixa etária na qual se regista a maior taxa de atividade empreendedora é a que compreende as idades entre os 25 e os 34 anos (6,7%). Em 2007, pelo contrário, a maior taxa estava associada à faixa etária compreendida entre os 35 e os 44 anos (12,1%).



Estes são os dados mais atuais e fiáveis sobre o empreendedorismo em Portugal, e demonstram que a falta de confiança dos agentes económicos e, sobretudo, que as dificuldades de acesso ao crédito por parte dos empresários estão efetivamente a condicionar a atividade empreendedora no nosso país.

O mesmo barómetro revela ainda que os setores da economia portuguesa nos quais se regista uma maior percentagem de empreendedores são o setor orientado para o consumidor (que inclui todos os negócios direcionados para o consumidor final), com 54% de empreendedores, o setor da transformação (que inclui construção, manufatura, transporte, comunicações, utilidades e distribuição grossista), com 26,5% de empreendedores, e o setor orientado para o cliente organizacional (que inclui todas as atividades onde o cliente primário é outro negócio), com 15,5% de empreendedores.

Comparativamente a 2007, o setor orientado para o cliente organizacional perdeu preponderância em Portugal, tendo aumentado o peso relativo do setor da transformação e do setor orientado para o consumidor.

Relativamente às competências/conhecimentos necessários para criar um negócio, 61,3% dos homens adultos consideraram possuir estas competências/conhecimentos, sendo este valor inferior no caso das mulheres (43,1%). Portugal apresentou resultados mais elevados em ambos os indicadores do que, em média, os países com economias orientadas para a inovação.

Quanto às motivações para a criação de negócios, 56,3% dos empreendedores *early-stage* criaram um negócio motivados pela oportunidade, 31,1% motivados pela necessidade e 12,6% alegaram que a mistura dos dois motivos esteve na origem da criação do negócio. Ainda que a percentagem de empreendedores motivados pela oportunidade se tenha mantido relativamente constante em relação a 2007, a percentagem de empreendedores motivados pela necessidade aumentou, sendo também maior em Portugal do que, em média, nas economias orientadas para a inovação.



No que diz respeito à utilização de novas tecnologias, em Portugal existia, em 2010, maior propensão para o uso de tecnologias disponíveis há menos de cinco anos (31,9% de empreendedores) do que, em média, nas economias orientadas para a inovação, embora a percentagem de empreendedores que afirmava usar tecnologias disponíveis há menos de cinco anos tenha diminuído face a 2007.

Temos, pois, como aspetos positivos do GEM Portugal 2010, o facto de a atividade empreendedora se iniciar mais cedo e de ser preponderante na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, bem como a tendência para desenvolver projetos de empreendedorismo por vocação, a partir de conhecimento/competências próprias e com maior recurso a tecnologias recentes.

Pode-se afirmar que, não obstante os dados do barómetro, o espírito empreendedor na sociedade portuguesa não é hoje menor do que em anos anteriores, designadamente entre as novas gerações altamente qualificadas.

Vários estudos realizados entre a comunidade académica revelam uma grande apetência dos nossos estudantes universitários pelo empreendedorismo.

Não faltam, hoje, casos bem-sucedidos de inovação. Ou seja, de empreendedores que demonstraram cultura de risco e se aventuraram na criação de *start-ups*, materializando, assim, o conhecimento adquirido nas universidades em projetos empresariais inovadores, tecnologicamente evoluídos e com potencial de internacionalização.

Por outro lado, a retração do mercado de trabalho levou muitos cidadãos a investirem na criação do seu próprio emprego. O empreendedorismo passou a ser visto como uma forma de contornar o desemprego, quer por indivíduos pouco qualificados e sem grandes alternativas na economia do conhecimento, quer por indivíduos muito qualificados que o tecido económico nacional não consegue absorver totalmente.



Na verdade, a cultura empreendedora mudou não só os modelos de negócio como lançou novos conceitos socioeconómicos, novas relações laborais, novas formas de intervenção social e novos processos cognitivos.

Esta tendência para a transversalidade do empreendedorismo é claramente visível no ensino, na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico – atividades que, independentemente das suas áreas de especialização, são muitas vezes orientadas para o empreendedorismo empresarial. O meio académico e científico viu, de facto, os seus paradigmas mudarem com a expansão do empreendedorismo de base tecnológica, o qual resulta da conversão do conhecimento em valor empresarial.

As universidades dos países mais desenvolvidos têm hoje estratégias de valorização económica do conhecimento e, neste âmbito, investem muitos dos seus recursos na investigação aplicada, na inovação, na transferência de tecnologia, na prestação de serviços de I&DI às empresas e na incubação de *spin-offs*. Mas, em outros graus de ensino, que não o superior, também é valorizada a atitude empreendedora dos estudantes, sendo estes incentivados a aplicarem o conhecimento em realizações concretas de índole empresarial ou outra.

A cultura empreendedora contaminou, igualmente, a esfera social. Instituições de solidariedade social em todo o mundo adotaram estratégias empresariais, de forma a cumprirem mais eficazmente os seus objetivos de promoção do bem-estar e de valorização humana. Nasceu, assim, o chamado empreendedorismo social, cujo propósito principal é criar valor acrescentado na sociedade através de metodologias e práticas inovadoras de intervenção.

Por fim, o empreendedorismo é um modelo de atuação empresarial nas sociedades mais desenvolvidas, sendo até considerado essencial para uma economia competitiva, inovadora e sustentável. Os grandes exemplos de inovação surgem habitualmente associados a projetos de empreendedorismo da economia do conhecimento. Ou seja, as *start-ups* bastante inovadoras e



tecnologicamente avançadas que desenvolvem I&DI de ponta, envolvem recursos humanos altamente especializados e apresentam grande potencial de internacionalização. Veja-se, por exemplo, os casos da Apple, do Google ou do Facebook, que, de projetos de empreendedorismo jovem, passaram a verdadeiros símbolos de inovação empresarial.

Todos estes foram temas em debate no Encontro “Os Jovens e o Futuro da Economia”.



## **CONCLUSÕES**





**Grupo de Trabalho  
“Cultura para o Empreendedorismo”**



### **“Cultura para o Empreendedorismo”**

A Inovação e o empreendedorismo assumem atualmente um papel fundamental na resolução dos desafios globais do século XXI, com vista à construção de um desenvolvimento sustentável, no qual a criação de empregos, a busca pelo bem-estar humano e um renovado crescimento económico-social são fatores-chave. O empreendedorismo cria empregos e oportunidades de emprego, fomenta a riqueza para a sociedade e, particularmente através de empreendedorismo social, contribui para o desenvolvimento da Comunidade, assumindo-se como agente de mudança social.

Ao mesmo tempo que a sociedade atual enfrenta enormes desafios globais, que se estendem além da economia, somos igualmente confrontados com a atual taxa de desemprego entre a população mais jovem, multiplicando-se as iniciativas e incentivos ao empreendedorismo entre os jovens.

Estando certos de que não faltam exemplos de jovens empreendedores e da riqueza destas iniciativas, apenas com um entendimento vasto e uma estratégia concertada entre entidades governamentais, organizações empresariais e da sociedade civil e instituições de ensino é que poderemos obter resultados sustentáveis ao nível do empreendedorismo jovem.

Por outro lado, há que entender que nem todos teremos de ser empresários ou trabalhadores por conta própria. No entanto, é responsabilidade de todos ter uma atitude empreendedora perante a sociedade em que vivemos. E, neste sentido, torna-se fundamental desenvolver uma estratégia de Educação para o Empreendedorismo, na qual qualquer jovem tenha conhecimento das diferentes fases do processo empreendedor e a oportunidade de desenvolver competências empreendedoras. E na qual, paralelamente, sejam desenvolvidos mecanismos jurídicos, fiscais e estruturais de apoio e incentivo a que se criem as condições necessárias para que qualquer jovem possa ser responsável por si e pela sociedade em que está inserido.



Com base na recente literatura (OECD, 2010; *Henrekson e Stenkula*, 2009; *Hall e Sobel*, 2006; *Murdock*, 2009; *Lundstrom e Stevenson*, 2001; *Storey*, 2008), os principais fatores que afetam a atividade empreendedora são:

- Mudanças demográficas: movimentos migratórios, idade, etc.
- Mudanças sociais: consciência ambiental, nível de educação, etc.
- Mudanças económicas: estabilidade macroeconómica, relações comerciais com outros países, etc.
- Mudanças regulatórias: oportunidades resultantes de mudanças de regulação em setores específicos, incluindo regulações definidas em contextos multilaterais.
- Mudanças tecnológicas: emergência de novas tecnologias.

Estes são fatores que influenciam o desenvolvimento de políticas públicas de empreendedorismo. É, neste sentido, importante desenvolver um conjunto de Políticas Públicas de estímulo ao empreendedorismo, fomentando uma política empreendedora através de ações que passem por:

- Promoção de uma cultura e educação empreendedora;
- Criação de programas de promoção à inovação;
- Fomentar um ecossistema empreendedor;
- Criação e desenvolvimento de programas de fomento à internacionalização

#### **Considerando que:**

- Ao longo das últimas décadas, face às pressões colocadas pelas necessidades e expectativas da Sociedade, a missão das Instituições de Ensino tem vindo a sofrer uma evolução significativa;
- Mais do que produção, transmissão e difusão do conhecimento, o ensino superior assume, nos dias de hoje, um papel fundamental no apoio ao



desenvolvimento e crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, a nível local, regional e nacional;

- Neste sentido, há que desenvolver uma abordagem mais estratégica, onde as Instituições de Ensino devem ter uma missão clara para o empreendedorismo, focada em mudar mentalidades e expectativas na criação de valor. O empreendedorismo, a educação para o empreendedorismo, bem como as atividades de apoio ao empreendedorismo, assumem um papel fundamental nesta estratégia;
- A educação para o empreendedorismo vem também desenvolver uma atitude empreendedora no sentido de criar valor pessoal, social, económico e cultural;
- A educação para o empreendedorismo remete para a capacitação de uma serie de *competências*, nomeadamente:
  1. Competências de gestão e em áreas complementares tais como Marketing, Finanças, etc.;
  2. Competências pessoais relacionadas com a criatividade, pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação, iniciativa e eficácia;
  3. Competências técnicas relacionadas com a natureza de cada um do negócio (Design, Informática, Biotecnologia, Saúde, etc.);
- Torna-se importante a relação entre os três diferentes pontos, sendo que a realidade tem-nos vindo a demonstrar a necessidade de uma maior aposta no desenvolvimento de competências pessoais, diminuindo a lacuna entre os pontos 1 e 3.

#### **Recomendamos:**

- i. Fomentar o espírito empreendedor o mais cedo possível, e em idades mais jovens, de preferência a ter início no ensino básico. Estas



- competências deverão ser desenvolvidas ao nível das *skills* pessoais, tais como promover a criatividade, a iniciativa, resolução de problemas, arriscar, desenvolver o pensamento crítico e a comunicação;
- ii. Reafirmar o papel das Universidades e das Instituições de Ensino enquanto espaços de educação para o empreendedorismo, através da capacitação e formação de docentes ao nível do empreendedorismo;
  - iii. Aumentar o papel das Universidades e das Instituições de Ensino na capacitação para o empreendedorismo, através do desenvolvimento de iniciativas junto dos jovens universitários;
  - iv. Promover e incentivar as relações entre Universidades e Instituições de Ensino e o tecido empresarial;
  - v. Promover uma gestão Integrada do ecossistema de Inovação (universidades, parques tecnológicos, capitais de risco, politécnicos, etc.);
  - vi. Incentivar e promover a transferência de tecnologia (incentivar investigadores a transpor as tecnologias para o mercado e gerar empresas com elevado potencial de crescimento – fomentar a criação de *spin-offs*);

**Para o efeito são propostas as seguintes ações:**

- i. Introduzir no horário curricular “ações” que permitam os alunos a desenvolver as suas competências em parceria com o tecido empresarial e organizações da sociedade civil;
- ii. Promover o reconhecimento de competências adquiridas através do envolvimento dos jovens em ações de voluntariado e associativismo e demais iniciativas que desenvolvam competências empreendedoras;
- iii. Desenvolver um programa nacional de Formação e Capacitação de docentes e agentes educativos ao nível do empreendedorismo;
- iv. Incluir no Estatuto da Carreira Docente Universitário formas claras de valorização da colaboração de docentes universitários com empresas;



- v. Criar um sistema complementar de créditos em áreas científicas diferentes que promovam a interdisciplinaridade, a criatividade e geração de ideias, promovendo a relação entre diversas áreas de formação;
- vi. Reconhecer e validar formalmente a iniciativa empreendedora dos jovens, criando condições específicas para aqueles que, tendo tomado uma iniciativa empreendedora, vejam a mesma valorizada e reconhecida no sistema de acesso ao ensino superior;
- vii. Encorajar jovens a adquirir experiência internacional, através da participação em programas como INOV Contacto, Inov-Art, *Erasmus*, *Erasmus for Young Entrepreneurs* e Juventude em Ação;
- viii. Promover o reconhecimento das Instituições de Ensino, através da criação de prémios/menções honrosas para escolas/universidades com cultura empreendedora;
- ix. Distinguir anualmente, pela Presidência da República, iniciativas empresariais de Jovens Empreendedores, nas áreas consideradas estratégicas para o País, como as Tecnologias da Informação e Comunicação, Turismo, Biotecnologia, Agricultura, Indústrias do Mar, Indústrias Criativas, etc.;
- x. Desenvolver um sistema de Incentivo monetário a instituições que criem atividades para ensino do Empreendedorismo, à semelhança do que é desenvolvido em Singapura (*YES! School - Young Entrepreneurs Scheme for Schools*);
- xi. Garantir que todas as Universidades/Politécnicos têm oferta curricular (uma unidade curricular de empreendedorismo) ou que qualquer aluno tenha acesso a essa unidade curricular (mesmo sendo numa outra Universidade/Politécnico, vendo reconhecido os respetivos créditos).

**Por último, considerando que:**

Para uma estabilidade da política de apoio à inovação e empreendedorismo, é necessário promover uma gestão integrada do ecossistema de inovação e



empreendedorismo, sendo para o efeito necessário envolver Universidades, Politécnicos, Incubadoras, Centros de Transferência de Tecnologia, Parques Tecnológicos e Sistemas de Capital de Risco.

**Recomendamos:**

- i. Fomentar e incentivar o desenvolvimento de iniciativas de rede envolvendo os diferentes atores intervenientes nesta área.

**Para o efeito são propostas as seguintes ações:**

- i. Constituir uma rede que junte grandes empresas e PME's com *start-ups*, num programa de mentoria, facilitando o acesso ao mercado, a angariação de clientes e investimento por parte dos empreendedores, por forma a que, anualmente, 25 grandes empresas assumam um papel de mentoria junto de 25 *start-ups*;
- ii. Reforçar e reconhecer o papel da Diáspora Portuguesa, identificando empresários portugueses no mundo que possam assumir o papel de mentoria junto de *start-ups* portuguesas no seu processo de internacionalização;
- iii. Identificar uma rede de aceleradores e incubadoras nacionais facilitando condições de acesso a recursos críticos, como o acesso a uma rede de mentores, ao mercado e a investimento;
- iv. Apoiar, através do Alto Patrocínio da Presidência da República, um programa agregador do ecossistema empreendedor, tendo como principal finalidade atrair e reter os melhores empreendedores nacionais e internacionais, garantindo desta forma comunicação externa, recursos e condições de contexto para tornar Portugal num *hub* empreendedor;
- v. Promover a criação de um Observatório de Empreendedorismo.



**Grupo de Trabalho  
“Empreendedorismo Empresarial”**





### **“Empreendedorismo Empresarial”**

O empreendedorismo jovem está associado, por um lado, à valorização da iniciativa privada nas economias mais desenvolvidas, em particular nos EUA, e, por outro, à emancipação da juventude nas sociedades modernas. O conceito foi muito impulsionado pela dinâmica empresarial e tecnológica de *Silicon Valley*, na Califórnia, onde jovens saídos das universidades aplicam os seus conhecimentos altamente especializados em negócios que têm por base a tecnologia, a inovação e a criatividade.

Refira-se que o empreendedorismo, como energia transformadora, emergiu há já quase meio século, mas a sua importância socioeconómica no mundo intensificou-se e generalizou-se com a conjugação de dois fatores relativamente recentes: a globalização económica e o advento da sociedade em rede. Por um lado, a globalização económica permitiu a interligação dos mercados, facilitando a comercialização de bens e serviços à escala global. Por outro, do progresso e democratização das novas tecnologias de informação e comunicação resultou uma sociedade em rede, caracterizada pelo acesso global a um infindável conjunto de conhecimentos e pelo intercâmbio de conteúdos sem quaisquer limites tecnológicos.

Neste contexto, o impacto socioeconómico do empreendedorismo nas sociedades contemporâneas extravasou os EUA e a Europa, sendo hoje evidente também nas economias emergentes da Ásia e da América Latina, por exemplo. Simultaneamente, o empreendedorismo tornou-se transversal às diferentes atividades humanas, deixando, assim, de ser um conceito confinado à área da gestão empresarial e da economia. Na verdade, a cultura empreendedora mudou não só os modelos de negócio como lançou novos conceitos socioeconómicos, novas relações laborais, novas formas de intervenção social e novos processos cognitivos.



**Considerando que:**

É hoje relativamente consensual na sociedade portuguesa a importância do empreendedorismo – aqui entendido numa perspetiva empresarial – para o relançamento do investimento privado, o reforço da competitividade, a criação de emprego e a internacionalização da nossa economia. No fundo, há a consciência de que o empreendedorismo é fundamental para o crescimento económico do país, objetivo cuja concretização depende muito da conjugação dos quatro fatores referidos: investimento, competitividade, emprego e internacionalização. Sendo certo, por seu turno, que, sem crescimento económico, Portugal não conseguirá consolidar as suas contas públicas, reduzir a dívida ao exterior e combater o desemprego;

Não obstante a notória relevância do empreendedorismo para a economia portuguesa e para a coesão social do país, subsistem ainda, no atual contexto nacional, uma série de entraves à iniciativa empresarial. E é nestes entraves que, em larga medida, entroncam os grandes desafios com que hoje se confronta o movimento empreendedor português. Desafios esses que assumem quer uma natureza conjuntural, decorrente da atual situação socioeconómica do país, quer ainda uma natureza estrutural, resultante dos problemas de desenvolvimento que Portugal enfrenta há várias décadas;

Na verdade, não está ainda enraizada em Portugal uma cultura que valorize o espírito empreendedor e o êxito empresarial. Situação agravada por um conjunto de fatores que condicionam a atividade empreendedora, como a escassez de fontes de financiamento, a pesada carga fiscal, os custos de contexto, a burocracia, a baixa qualificação do tecido empresarial e o acesso aos mercados;

Aproveitando a pertinente iniciativa da Presidência da República, passamos a expor os desafios que, a nosso ver, se colocam hoje ao empreendedorismo jovem em Portugal. Seguidamente, apresentamos algumas propostas



tendentes a criar, no nosso país, um ecossistema mais favorável à atividade empreendedora;

Em suma, vivemos presentemente a “Era do Empreendedorismo”. As iniciativas empreendedoras são hoje globais, desenvolvem-se num ecossistema orientado para a inovação e não conhecem barreiras físicas, tecnológicas, comerciais ou culturais. Mais: as sociedades contemporâneas, sem esquecer os decisores políticos, estão conscientes da importância do empreendedorismo para a criação de riqueza e emprego, para o reforço da competitividade, para a promoção da inovação e para a internacionalização da economia.

#### **Recomendamos:**

- i. Implementar um sistema fiscal mais simples, justo e competitivo. Assumir o princípio da previsibilidade fiscal. Estabelecer um compromisso para a redução significativa do IRC, sobretudo aquele que é aplicado às empresas do setor exportador. Aplicação de um regime simplificado para micro e pequenas empresas (não penaliza a base contributiva). Contratos especiais empresas/Estado para investimentos estruturais e atração de empresas para Portugal;
- ii. Com o intuito de atrair investimento estrangeiro, envolver as empresas portuguesas no sistema de captação de IDE (Investimento Direto Estrangeiro). Isto significa colocar as empresas nacionais como dinamizadoras deste processo de atração de investimento estruturante, através de fortes benefícios fiscais e da disponibilização de meios de financiamento que as capacitem para participar ativamente no desenvolvimento de novos projetos empresariais com origem no exterior. Criar-se-iam, assim, condições para que as melhores e mais empreendedoras empresas portuguesas liderassem a dinâmica de investimento e, conseqüentemente, a transformação da estrutura competitiva da nossa economia;



- iii. Estimular as relações entre empresas e universidades. Para tanto, importa reformar o estatuto da carreira docente para que a exclusividade da comunidade académica e científica não impeça a participação em projetos de inovação com as empresas. Conceder mais autonomia às universidades para participarem, mais intensa e eficazmente, em projetos de inovação;
- iv. Alargamento do programa INOV Contacto e reforço dos seus objetivos, direcionando os estágios internacionais dos jovens para áreas de interesse das empresas portuguesas, criando-se assim uma ligação estreita entre recursos qualificados e o setor exportador. Desta forma, os jovens estagiários iriam trabalhar em função dos interesses das empresas portuguesas nos mercados externos, contribuindo assim, com o seu conhecimento especializado, para ganhos de competitividade do nosso tecido empresarial. Uma vez concluídos os estágios, esses jovens altamente qualificados poderão ser recrutados pelas empresas com que colaboraram;
- v. Desenvolver mecanismos para a aquisição de empresas e para a renovação acionista das sociedades. Implementação de medidas específicas para facilitar o financiamento de processos de reestruturação e renovação acionista das empresas, através de operações de *management buy-out* (MBO) ou de *management buy-in* (MBI). Devem também ser promovidas as fusões e os consórcios entre empresas;
- vi. Criar a figura do Gestor de Cliente dentro da orgânica do Estado, o qual será responsável por todos os assuntos relativos à atividade empresarial. As empresas terão, assim, um único interlocutor;
- vii. Travar a escalada da burocracia, que parece estar a ser implementada a pretexto do controlo das contas públicas. Reforçar a reforma da Administração Pública, de forma a eliminar procedimentos burocráticos sobre a atividade empreendedora e a facilitar a criação de novos negócios. Revisão da iniciativa "Licenciamento Zero", alargando o leque de situações abrangidas;



- viii. Avaliação regular dos resultados de investimentos e políticas promovidas pelo Estado. Neste sentido, os apoios à atividade empresarial deverão premiar as empresas com melhores resultados;
- ix. Fomentar redes de contacto e promover sinergias com emigrantes e lusodescendentes, em especial com os jovens qualificados que, nos últimos anos, abandonaram o país. Desta forma, estar-se-ia não só a contribuir para o acesso ao conhecimento e oportunidades sobre os mercados para as empresas portuguesas, como a manter os nossos jovens emigrantes em contacto com a realidade socioeconómica do país;
- x. Estruturar o futuro QEC 2014-2020, Quadro Estratégico Comum (novo QREN), em torno do reforço da competitividade da economia do país, privilegiando o financiamento de inovadores projetos empresariais. Evitar a utilização de fundos comunitários para o financiamento de atividades correntes do Estado. Gestão mais flexível, simplificada e célere dos incentivos financeiros públicos (nacionais e comunitários).



**Grupo de Trabalho  
“Empreendedorismo Social”**



## **“Empreendedorismo Social”**

Os desafios sociais com que se defrontam as sociedades modernas obrigam a repensar os sistemas com abordagens inovadoras e intervenções de ação distintas das tradicionais.

Com efeito, o empreendedorismo social, para além da atitude com que novos agentes se apresentam no seu contributo de intervenção social, representa uma nova geração, que se revela inteligente, com noção de um mundo globalizado, que procura soluções que compreendem as várias variáveis de um sistema social complexo, dotando tais soluções de perspetiva e estratégia, com base na cooperação, envolvendo vários agentes e novas metodologias na resolução dos desafios que vão encontrando, reconhecendo dificuldades de sustentabilidade e autonomia, mas tendo a sabedoria de as solucionar.

Os empreendedores sociais revelam características particulares, sendo manifestamente ambiciosos e persistentes, enfrentando as questões sociais com resiliência, desenvolvendo ideias de facto novas e estratégias ambiciosas para a mudança.

O empreendedorismo social pode entender-se como um movimento que ultrapassa o debate, por vezes ideológico e teórico, da assunção de responsabilidades entre os setores público ou privado, promovendo um ambiente de sinergias, que envolvem agentes que promovem efetivamente a mudança, independentemente do seu caráter, enquanto realizam diagnósticos e diagramas das realidades sociais com que se deparam, agindo na procura de soluções, liderando as sociedades no sentido da mudança de rumo e na promoção de alternativas viáveis.

Empreendedorismo social entende-se, assim, como a iniciativa ou a vontade de criar valor social acrescentado, a partir de práticas inovadoras de intervenção na sociedade. Pressupõe, portanto, uma rutura com as convencionais metodologias de apoio social, através da adoção da lógica da eficiência



empresarial em projetos assistencialistas. Refira-se, a propósito, que o empreendedorismo social pode ser implementado quer por entidades criadas com objetivos não lucrativos, quer por empresas que associem as respetivas atividades a causas sociais.

Os empreendedores sociais, reconhecidamente visionários e conhecedores de outras realidades e abordagens já ensaiadas no mundo para problemas de contexto semelhante, são ao mesmo tempo muito realistas, preocupando-se sobretudo com a aplicação prática da sua visão.

O poder que pode ser consagrado a qualquer pessoa, permite considerar, que com o devido apoio, é possível adotar qualquer ideia e implementá-la, perturbando o situacionismo com que muitas vezes nos deparamos, promovendo a mudança para novos paradigmas. Em suma, os empreendedores sociais são eles próprios intérpretes, narradores e argumentistas de novas narrativas sociais.

Cada empreendedor social apresenta ideias simples, compreensíveis e éticas e tenta obter o apoio generalizado a fim de maximizar o número de pessoas locais que irão apoiá-lo, adotar a sua ideia e implementá-la. Por outras palavras, cada empreendedor social é um recrutador em massa de “*changemakers*” locais - um modelo que demonstra que os cidadãos que canalizam a sua energia para a ação conseguem fazer praticamente tudo.

Durante as últimas duas décadas, o cidadão descobriu o que o setor empresarial já tinha aprendido há muito tempo: Não há nada tão poderoso como uma ideia nova nas mãos de um empreendedor de excelência (*in Ashocka site*).





**Considerando que:**

- O empreendedorismo social consiste na realização de atividades empreendedoras vocacionadas para a realização do bem comum, ou seja, procurando responder às necessidades da comunidade, com a particularidade de o fazer segundo princípios de democraticidade, valorizando as pessoas e maximizando os retornos sociais, ao invés de maximizar o lucro;
- O empreendedor social é alguém que tem um desempenho individual que revela capacidades de mobilização de públicos desfavorecidos;
- O empreendedor social não é um empresário tradicional, é um agente de mudança e um criador de valor social;
- O empreendedor social promove novas dinâmicas e reforma negócios, atuando como gerador de mudança na sociedade, identificando oportunidades e agindo sobre elas, criando um acréscimo de valor no vazio identificado, com base em novas abordagens e criando soluções capazes de mudar a sociedade para melhor;
- O empreendedor social procura desenvolver soluções novas para os problemas sociais, que muitas vezes conhecem abordagens esgotadas;
- Obtemos respostas sociais que compreendem uma noção de cidadania global, num mundo onde as interdependências entre Estados, sociedades, realidades económicas e aspirações sociais tendem a ser cada vez mais comuns e dependentes, com meios de comunicação e velocidade de troca de informação instantânea, promovendo o crescimento de um setor novo que nasce do trabalho de cada empreendedor social;
- É esta nova geração, são estes novos agentes – os empreendedores sociais – que garantem nos dias de hoje mecanismos de coesão social,



que geram oportunidades e criam mecanismos de suporte, que promovem ferramentas e espaços de partilha social de risco, e que vão respondendo a novos desafios e à constante da vida que é a mudança.

### **Recomendamos:**

- Alargar o Plano de Emergência Social a instituições que não são IPSS mas que têm projetos de empreendedorismo social. Há, atualmente, alguma incompatibilidade entre os valores e regras de uma organização de empreendedorismo social e as regras e critérios do sistema bancário, que provocam muitas vezes problemas de tesouraria às organizações;
- Criar novos instrumentos de medição e controlo de gestão adequados ao público-alvo do empreendedorismo social. Deve-se partir dos indicadores importados das empresas, os quais devem ser adaptados pois estamos muitas vezes perante pessoas com problemas de adaptação ao trabalho e de produtividade, pessoas que foram rejeitadas pelas empresas;
- Criar indicadores e critérios de avaliação. São necessários indicadores de gestão mas também indicadores de resultados sociais, ambientais, culturais, territoriais e de construção de conhecimento que a contabilidade não dá de todo;
- Promover a interligação entre o Estado e a sociedade civil no sentido da promoção do empreendedorismo social;
- Afirmar o empreendedorismo social como uma força positiva, inovadora, com visão de futuro.

Ao nível do empreendedorismo social são identificados constrangimentos em áreas como: educação, representação, governança, quadro jurídico, internacionalização e financiamento.



**Para o efeito são identificadas os seguintes constrangimentos e apresentadas as seguintes propostas de ação:**

## **1. EDUCAÇÃO**

### 1.1 Constrangimentos:

- Quebrar tabus sobre o que é a economia emergente, tendo em conta os diferentes contextos sociais;
- Existe uma cultura não empreendedora – as *soft skills* necessárias ao empreendedorismo não são ensinadas/treinadas;
- Há necessidade de mudar as mentalidades. Inicialmente dos movimentos de *front runners*, depois da sociedade civil e, por fim, do “sistema”;
- Desigualdade de oportunidades – a oferta formativa dirigida aos jovens está desadequada à procura e ao seu nível/grau de habilitações;
- Economia social diferente de assistencialismo.

### 1.2 Propostas de Ação:

- “Despadronizar” o sistema educativo – flexibilizar os *curricula* por forma a criar oportunidades para as crianças e jovens concluírem os estudos (obrigatórios);
- Integrar o voluntariado e empreendedorismo nos ramos de educação;
- Integrar voluntariado e empreendedorismo nos *curricula*;
- Criar uma nova geração de pessoas. Criar sistemas de crédito para os jovens. Ex: quem está no Secundário e quer entrar para o Ensino Superior precisa de ter créditos a nível de voluntariado. Assim, incentivam-se os jovens a serem voluntários. Têm que ser criados incentivos que levem o mercado de trabalho a valorizar o voluntariado, pois esta é uma experiência muito válida no mercado de trabalho.



## 2. REPRESENTAÇÃO

### 2.1 Constrangimentos:

- A pobreza deverá ser entendida não apenas como privação (material) mas privação do acesso a: participação, recursos, informação, conhecimento/qualificações;
- Reconhecimento e identidade do setor assentes na motivação intrínseca e nas externalidades positivas;
- Combate ao desperdício;
- Todos os dias morrem instituições de economia social. Todos os dias se criam novas instituições. Existe a necessidade de trabalhar mais em rede;
- Qual o impacto do empreendedorismo social e da economia social nas comunidades? Que soluções?
- Relacionar o combate à pobreza com a participação e, através da participação, com a ação coletiva. Existem cidadãos que conseguem fazer a diferença nas comunidades em que vivem. Ex: trabalhar na reinserção, poupando dinheiro ao Estado. Investimento que deixa de ser feito pelo Estado, pela atuação social dos Empreendedores Sociais, é poupança;
- Deverá ser reconhecido como um setor que gera emprego. Tem crescido duas vezes e meia mais do que o setor social;
- Estão a surgir novos modelos de negócio. Necessidade de multiplicar esse trabalho fora da economia social?
- Não se pode continuar a tratar o mundo associativo com o paradigma empresarial.

### 2.2 Propostas de Ação:

- Promover um diálogo entre os diferentes tipos de empreendedorismo;



- Contribuir para um empreendedorismo social mais representado. Sair do debate entre “convertidos” para um debate plural com outros *stakeholders*;
- Reconhecer a inovação que se constrói a partir da base local – a verdadeira inovação social está a ser constituída a partir de pequenas intervenções;
- Reconhecer e capacitar as organizações juvenis como atores/parceiros de empreendedorismo social;
- Reconhecer o setor social enquanto parceiro da necessária mudança social;
- Tratar de forma diferenciada o que é microescala. Os seus recursos são diferentes.

### 3. GOVERNANÇA

#### 3.1 Constrangimentos:

- “*Social return on investment*”. Valor monetário vs. valor social;
- Olhar os problemas como oportunidades e para as pessoas como capital (*Assets Baded Aproach*);
- Analisar a questão ideológica, que sociedade, que Estado se pretende ter?
- O retorno do desenvolvimento social é a quebra dos ciclos de pobreza;
- Ausência de uma cultura de aferição de “*social return on investment*”;
- No Empreendedorismo Social vamos às empresas importar os métodos de gestão mas o contrário é que deveria ser feito pois no Empreendedorismo Social obtêm-se resultados que as empresas não conseguem, nomeadamente ao nível da motivação do capital humano que, no domínio do Empreendedorismo Social, vai muito para além do vencimento, sentindo os colaboradores uma realização pessoal no trabalho que desenvolvem;



- Incentivam-se os jovens a empreender mas o sistema não está preparado para os acolher.

### 3.2 Propostas de Ação:

- Representação do terceiro setor/economia social, nas suas diferentes vertentes, no Conselho Económico e Social;
- Profissionalização do terceiro setor;
- Criação de indicadores e critérios de avaliação: sociais, ambientais, culturais, territoriais;
- Implementação de métricas que permitam que os *inputs* sociais sejam reconhecidos;
- Inclusão de empreendedores sociais nas *policy decisions*;
- Valorização do impacto do trabalho dos empreendedores sociais na sociedade;
- Profissionalização deve ser reconhecida.

## **4. QUADRO JURÍDICO**

### 4.1 Constrangimentos:

- Constrangimentos legais à operacionalização de soluções não previstas na lei;
- Instrumentos legais desadequados à diversidade de iniciativas de empreendedorismo social.

### 4.2 Propostas de Ação

- Descrição de uma estratégia nacional de economia social;
- Criação de novas figuras jurídicas. Criação da empresa social;
- Rever instrumentos existentes.



## 5. INTERNACIONALIZAÇÃO:

### 5.2 Propostas de Ação

- Fazer de Portugal a capital mundial do Empreendedorismo Social.

## 6. FINANCIAMENTO:

### 6.1 Constrangimentos:

- Asfixia fiscal e de crédito;
- Regulação em excesso para as *start-ups* e insuficiente para o sistema financeiro;
- Qualquer trabalho de âmbito social não visa o lucro, mas um retorno financeiro que procura ser reinvestido na missão das empresas sociais;
- O que é financiado atualmente é o que o Estado acha que são as necessidades da população, e não é sugerido por quem está no terreno;
- O assistencialismo do Estado não é uma solução com perspetiva para o setor do empreendedorismo social. Devem, por isso, ser desenvolvidas estratégias inovadoras de captação de receitas.

### 6.2 Propostas de Ação:

- Apoiar o investimento social e o terceiro setor, através do impacto criado e pelos resultados obtidos;
- Criação de um Banco Social, que apoie iniciativas sociais e de empreendedorismo social;
- Flexibilização do acesso a recursos de jovens com iniciativa para a ação coletiva (especialmente daqueles afetados por estigma/estereótipos);
- Política de incentivos fiscais que levem as empresas a investir em instituições sociais, através da entrega de dinheiro “vivo” à instituição. Medir o retorno em impacto social e de poupança.



**Em suma, apresentamos as devidas recomendações aos seguintes atores:**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA:**

- Reforçar a visibilidade de iniciativas de empreendedorismo social;
- Continuar a incluir nos roteiros do Presidente da República Roteiros de Empreendedorismo Social;
- Fazer acompanhar nas deslocações internacionais agentes de empreendedorismo social;
- Reconhecimento público anual do trabalho realizado por uma instituição de Empreendedorismo Social, patrocinada pelo Presidente da República.

**GOVERNO:**

- Criar sistemas de incentivos fiscais para as empresas aumentarem a sua participação na área social;
- Criar o Banco de Inovação Social, com base nos ativos não reclamados da Banca;
- Validar experiências de educação não formal de crianças e jovens ao longo do seu percurso educativo;
- Treinar/formar os agentes educativos;
- Criar sistema de créditos para acesso ao ensino superior;
- Reforma fiscal, social e verde;
- Mecenato ativo.





### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:**

- Envolvimento/inclusão de empreendedores sociais nos setores de *policy decisions*;
- Regular a figura jurídica de empresa social;
- Participação do empreendedorismo social nos fóruns de discussão social (CES).

### **EMPREENDEDORES SOCIAIS:**

- Criação de um fundo de capital sustentável;
- Definir uma estratégia nacional para a inovação e o empreendedorismo social;
- Criar redes de boas práticas;
- Conselho de ONG para gerir verbas não reclamadas de concursos;
- Financiamento de um fundo para o setor social alimentado pelo setor privado e pelos próprios beneficiários;
- Criação de incubadoras sociais.

### **SOCIEDADE CIVIL:**

- Repensar o foco no crescimento e no PIB vs. desenvolvimento social;
- Promover a descentralização e o reforço do tecido social, comunidades resilientes e sustentáveis;
- Revalorização do fator trabalho;
- Cultura de risco;
- Mentalidade.